

**FUNDAÇÃO GETULIO VARGAS  
CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA  
DO BRASIL (CPDOC)**

Proibida a publicação no todo ou em parte; permitida a citação. A citação deve ser fiel à gravação, com indicação de fonte conforme abaixo.

ARTURI, Carlos Schmidt. Carlos Schmidt Arturi (depoimento, 2017). Rio de Janeiro, CPDOC/Fundação Getulio Vargas (FGV), (1h 48min).

Esta entrevista foi realizada na vigência do convênio entre BANCO SANTANDER. É obrigatório o crédito às instituições mencionadas.

**Carlos Schmidt Arturi  
(depoimento, 2017)**

Rio de Janeiro

2018

### ***Ficha Técnica***

***Tipo de entrevista:*** Temática

***Entrevistador(es):*** Adriana Marques do Nascimento; Celso Castro;

***Técnico de gravação:*** Ninna Carneiro;

***Local:*** Rio de Janeiro - RJ - Brasil;

***Data:*** 19/05/2017 a 19/05/2017

***Duração:*** 1h 48min

Arquivo digital - áudio: 1; Arquivo digital - vídeo: 1;

Entrevista realizada no contexto do projeto “Memória das Ciências Sociais no Brasil”, desenvolvido com financiamento do Banco Santander, entre janeiro de 2016 e dezembro de 2020, com o objetivo de constituir um acervo audiovisual de entrevistas com cientistas sociais brasileiros e a posterior disponibilização dos depoimentos gravados na internet.

***Temas:*** Anos 1980; Atividade profissional; Casamento; Ciência política; Ciências sociais; Diretas já (1984); Ditadura; Eleições; Engenharia; Ensino médio; Família; Formação escolar; França; Magistério; Manifestações populares; Movimento Democrático Brasileiro; Movimento estudantil; Partidos políticos; Política; Pós - graduação; Redemocratização; Regime militar; Relações internacionais; Rio Grande do Sul;

## *Sumário*

Entrevista: 19/05/2017

Origens familiares no Rio Grande do Sul; influência do tio no interesse pela política; ensino médio no Colégio Júlio de Castilhos – Julinho; movimento estudantil na ditadura; ensino médio e a ditadura; filiação ao MDB; ingresso na universidade de Engenharia e Ciências Sociais; ingresso no mestrado em Ciência Política; escolha do tema de pesquisa no mestrado; primeiro emprego no NUPERGS; início da carreira docente; casamento e período na França durante o mestrado; processo de abertura do país; repressão as manifestações e Diretas Já; eleições de 1982; doutorado e ambiente acadêmico na SciencePo; escolha do tema de pesquisa para o Doutorado; entrevista aos personagens do Regime Militar I; entrevista aos personagens do Regime Militar II; avaliação da tese 20 anos depois; mudança da área de pesquisa; contexto das Relações Internacionais na universidade; passagem pela ABRI; multidisciplinariedade das Relações Internacionais; projetos futuros; percepções sobre o cenário brasileiro atual.

*Entrevista 19.05.2017*

C.C. – Arturi, em primeiro lugar, obrigado por colaborar com a nossa pesquisa, em dar esse depoimento. A gente se beneficiou muito da leitura do seu memorial, então já temos várias informações biográficas e profissionais, mas queria começar perguntando sobre a tua origem, a família. Você nasceu em 1959, em Santa Vitória do Palmar, filho de um bancário e uma professora da rede estadual.

C.A. – Exatamente.

C.C. – Então, fala um pouquinho da tua família e da tua vida ainda em Santa Vitória.

C.A. – Bom, Santa Vitória do Palmar é a cidade mais meridional do Brasil. Não é Chuí. [riso] É Santa Vitória do Palmar. Então eu nasci lá em 1959. Nisso, meu pai era bancário de um banco que não existe mais, o banco local, o Banco da Província, Rio Grande do Sul; e a minha mãe era professora da rede estadual do Rio Grande do Sul. A gente, na época, chamava professora primária, de ensino fundamental. Bem, era uma cidade isolada, realmente, do resto do Brasil. Em 1970, – eu me lembro porque ainda estava lá em 1970 –, o presidente Médici foi para inaugurar Santa Vitória do Palmar, – na verdade Chuí, – à cidade de Rio Grande. São 220 km. Até então, o acesso Santa Vitória do Palmar ao centro do estado, – Porto Alegre, Rio Grande, Pelotas –, se dava pela praia. Então você imagina a precariedade do serviço. Então qualquer coisa que se necessitasse, como atendimento médico, o pessoal ia pra Montevideú, que ficava a 380 km e a partir do Chuí era asfalto pela Rota [inaudível]. Então era uma cidade muito isolada. Tive uma infância, portanto, numa cidade pequena. Na época não tinha 20 mil habitantes. Tinha uma infância, digamos assim, semiurbana. Era uma cidade muito pequena.

C.C. – A família deles era de lá, da região?

C.A. – A família do meu pai sim, Santa Vitória do Palmar. Meu pai é filho de italianos. O meu avô chegou lá no final do século XIX. Chegou primeiro em Buenos Aires, pela Argentina, e não sei como foi parar em Santa Vitória do Palmar. Tem documentação dele quando ele estava trabalhando no metrô de Buenos Aires e depois foi para Santa Vitória. Casou lá também com uma italiana e eles eram primos. Então essa história é difícil de saber direito. Não era uma zona tradicional de migração italiana Rio Grande do Sul, extremo Sul do Brasil. Era metade Norte. A minha mãe não. A minha mãe era de Rio Grande. Foi para Santa Vitória justamente porque

passou... Se formou normalista em Rio Grande, que era uma cidade muito maior, evidentemente, – o único porto marítimo do Rio Grande do Sul –, e foi designada com aquele salário, ainda designada para uma cidade longe e isolada. Lá chegou, em dois anos conheceu meu pai, noivaram, casaram e ela constituiu família. Em suma, eu sou o primeiro filho.

C.C. – São quantos filhos?

C.A. – Sou eu e a minha irmã, que já faleceu, que era mais nova dois anos e meio. Mais jovem do que eu. E ficamos lá em Santa Vitória até meados – julho, na verdade, bem precisamente – de 1971. Viemos para Porto Alegre, – de Santa Vitória para Porto Alegre –, justamente porque meus pais ofereceram as condições, digamos assim, de estudo, porque em Santo Antônio do Palmar, naquela época, não havia sequer o ensino médio. Então meu pai tinha proposta do banco de se mudar para a sede, para a matriz do banco em Porto Alegre, aí ele aproveitou.

C.C. – Vocês não tinham família em Porto Alegre, ou tinham?

C.A. – Tínhamos uma tia, irmã mais velha do meu pai, que foi para lá, para Porto Alegre, nos anos 1960. Início dos anos 1960. E é justamente o marido dela, – tio, mas contraparente –, que era advogado de presos políticos, tinha sido vereador em Santo Antônio do Palmar, candidato a deputado estadual. Depois se mudou para Porto Alegre justamente no governo Brizola. Foi aí. E o tio, então, foi diretor da penitenciária de Porto Alegre, depois fez a transferência para o presídio central atual, foi diretor do que seria o Incra no governo Brizola. Foi aí que o golpe em 1964 pegou ele nesse cargo.

C.C. – Como é o nome dele?

C.A. – Anselmo Francisco Amaral. Era um homem cultíssimo, tinha uma vasta biblioteca e foi ele, digamos assim... Eu, já adolescente, sempre fui muito leitor. Eu tive uma doença complicada na infância. Vivi ainda em Porto Alegre naquelas condições, sem estrada, etc. para fazer cirurgia. Tive papiloma na laringe. Troço complicadinho. Por exemplo, usava um aparelho de traqueostomia. Usei quatro anos. Então era um troço complicado. Sempre parava na casa dele. Era o único familiar que nós tínhamos em Porto Alegre. Foi com ele, na verdade, que eu aprendi um pouco de política. Ele contava as viagens que fazia a Montevideu para visitar o Brizola, a defesa de presos políticos. Contou algumas coisas, tortura, que eu era pequeno e

fiquei espantado. Me emprestava livros. Então ele teve uma grande influência, digamos, intelectual.

C.C. – Outra que você fala no teu memorial é do Julinho, o colégio Júlio de Castilhos. Aliás, vários entrevistados nossos que estudaram lá falam sempre muito.

C.A. – Sim.

C.C. – Experiência de politização, vamos dizer assim.

C.A. – Claro. Porque o Julinho, como chama o Colégio Júlio de Castilhos, era o maior colégio da rede pública do Rio Grande do Sul e, na época, era chamado colégio modelo. Existia isso. Então os melhores professores, digamos assim, o que seria o standard mesmo do que deveria ser o ensino, estava ali. Agora, eu entrei no Julinho em 1971, quando cheguei em Porto Alegre. Entrei no meio do ano. Bom, eu tive dois estranhamentos.

C.C. – Só uma dúvida. No teu memorial você fala 1970.

C.A. – Não, é 1971. Eu ontem, eu reli o memorial e é 1971. Julho de 1971. Eu tinha 12 anos e meio. Doze anos e meio e bom, já olhava um pouco para as meninas, coisa e tal. Chego no Julinho, era um colégio no chamado ginásio, que era a segunda metade do ensino fundamental hoje. Não era misto. Era um colégio só de homens, de meninos.

C.C. – As turmas eram separadas, ou eram só de homem?

C.A. – Não, no ensino fundamental eram só homens. Era misto no secundário, no chamado científico. A minha primeira impressão... Eu tinha 12 anos e meio, mas eu senti um colégio enorme, bons professores ainda. Quer dizer, eu peguei a decadência do ensino público, pelo menos no Rio Grande do Sul, caindo atrás de mim, digamos assim. Escapando de uma avalanche que vinha, mas ainda peguei muitos bons professores no Julinho. Agora, um clima de repressão visível. Os anos de chumbo no seu auge. O diretor de disciplina, – tinha um diretor de disciplina –, era um capitão reformado, creio eu, que da Brigada Militar da Polícia Militar do Rio Grande do Sul. Nós não podíamos sair para a rua, ir a pátio, quando era normal. Porto Alegre nos anos 1970 era uma cidade tranquila. E ali eu fiz, conheci, anos mais tarde, dois, três anos mais tarde, começou a ressurgir, digamos assim, pequenos movimentos estudantis ali dentro do Julinho. Quer dizer, uma turma anterior, inclusive, à minha. Um ano mais velha.

Bom, me lembro disso. Fizeram uma feira do livro, aí comprei, por exemplo, *Grande sertão: veredas*. Aí comprei esse livro na feira. Fizeram uma exposição excelente sobre o Millôr Fernandes. Isso aí em 1975, 1976. O Millôr já tinha obra para ser exposto. E concorreram, fizeram uma chapa para concorrer ao centro estudantil ali do Julinho. E foram roubados. Houve fraude, está certo? [riso] O capitão lá deu um jeito.

C.C. – Você concorreu?

C.A. – Não, não, não. Essa chapa era dessa turma anterior à minha, com quem eu fiz amizades. Mantenho amigos até hoje.

A.M. – Você fala que era um centro de formação de lideranças políticas.

C.A. – O Julinho sempre foi. Sempre foi um centro tradicional. Eu diria, assim, até o AI-5. Mesmo depois de 1964 o Julinho forneceu dezenas de líderes políticos ao Rio Grande do Sul. Era realmente o grande centro. Maior colégio, ali os melhores professores. Digamos assim, há uma clientela que, na época, – hoje não, claro –, mas era de uma classe média para cima. Tive colegas, por exemplo, de famílias tradicionais, ricas de Porto Alegre. Hoje isso é impensável. Eu estive no Julinho poucos anos atrás. Está muito decadente o colégio, realmente, como toda a rede pública.

A.M. – Mas você já percebia, então, naquele período, a repressão a uma situação anterior. Quer dizer, um pouco essa história que você contou do capitão que entrevistou ali nas eleições do centro estudantil. Era um pouco o reflexo, tentar evitar que novas lideranças surgissem?

C.A. – Ah, sim, sim.

A.M. – Se percebia isso claramente?

C.A. – Percebia claramente. Percebia claramente que havia um controle muito grande. Agora, esse episódio aí das eleições, isso foi 1975, 1976. Já tinha começado a transição lá, era governo Geisel. Já vejo como aparecem essas coisas.

C.C. – Isso que eu ia te perguntar. Você viveu como adolescente uma fase que você vai estudar depois.

C.A. – Eu vou estudar. Exatamente. Estudei depois. E percebi, – quer dizer, percebi na época não. Não percebi claramente, mas retrospectivamente se percebe que... Retrospectivamente se percebe o quê? Que o processo de liberalização, que estava no início, começava a influenciar, a abrir brechas em todo o país. Porque se abriu no Julinho, eu acredito que também Rio, São Paulo, etc., começou a haver fenômenos desse tipo. Quer dizer, uma ressurgência, digamos assim, de um movimento estudantil, que depois de 1977, aí sim. Eu entrei na universidade em 1977, em março. [Em] Abril, veio o pacote de abril e em maio nós saímos para as ruas. Mas já havia um trabalho anterior, que no Julinho foi em 1975, eu diria.

C.C. – Você se filiou ao MDB [Movimento Democrático Brasileiro] na época?

C.A. – Pois bem, eu entrei na universidade em março de 1977, com 18 anos, e em julho eu fui passar as férias de inverno na minha cidade natal, em Santa Vitória do Palmar. De novo a questão do clima da abertura. O meu tio e os dirigentes do MDB, então, do MDB em Santa Vitória do Palmar, reuniram ali meia dúzia de estudantes. Basicamente era isso. Pessoal da cidade, alguns que moravam fora, em outras, como era o meu caso; e outros que ainda residiam lá. E nos propuseram formar, fundar o MDB jovem na cidade. Isso em julho de 1977. Fundamos. Um dos integrantes, o mais velho, depois se tornou o primeiro prefeito eleito da cidade, porque era área de zona de segurança nacional, porque era fronteira.

C.C. – Ainda pelo MDB?

C.A. – Pelo PMDB. Já pelo PMDB na eleição de 1985. O mandato foi 1986 – 1988. E foi um excelente mandato. Quer dizer, para alguma coisa valeu essa experiência. [riso] Mas foi a única experiência político-partidária stricto sensu que tive. Periga até hoje estar afiliado ao PMDB, porque eu acho [inaudível]. Nunca [inaudível]. Não tenho certeza disso.

C.C. – Agora, você foi fazer vestibular para engenharia civil, com direito [como] segunda opção. Por quê?

C.A. – Na verdade, o que acontece? Eu disse ali no memorial. Eu era nerdzinho mesmo. Eu saía bem em todas, sem falsa modéstia. Eu gostava muito de estudar, gostava muito de ler e gostava muito de matemática. Gostava também, digamos assim, de maneira geral, das chamadas humanidades. E me lembro que em 1976, na metade do ano, ainda no Julinho, foi uma equipe lá da Secretaria Estadual de Educação fazer um teste vocacional. Eu fiz o teste. O



que deu? Indefinido. [riso] Tanto para a área de humanas, quanto para a área técnica. Na verdade, em março de 1977 eu entrei na engenharia eletrônica. No ano seguinte, em 1978, porque naquela época podia cursar dois cursos ao mesmo tempo na mesma universidade, – o que é um absurdo, porque você acaba queimando uma vaga –, eu entrei no curso de ciências sociais. Inauguramos o campus do Vale, o campus central da federal do Rio Grande do Sul. É no centro da cidade mesmo. Mas estava apertado. Aí um pró-reitor, que era do departamento de ciência política, depois foi reitor da universidade, professor Francisco Ferraz, ele bolou, foi ele que... Ele foi secretário do Conselho Nacional de Educação, então ele conseguiu projetar o campus do Vale a 15 km do centro da cidade. Hoje está dentro da cidade, praticamente. E a primeira turma que foi para lá, é claro, foi as ciências sociais. [Inaudível] botaram a 15 km do centro. Aquilo, evidentemente, teve duas coisas, certamente: uma a preocupação política, isolar um pouco. Às vezes saíamos de lá, íamos a pé o centro da cidade, algumas marchas. Fiz umas duas ou três em 15 km. E também porque era o curso que oferecia menor resistência em se mudar para o meio do mato, porque ficava na fronteira já com Viamão, que era outra cidade. E fomos para lá. Mas foi ali que eu me integrei propriamente na vida universitária, fiz a minha turma, cujo os amigos são até hoje, conheci minha mulher lá, etc.

C.C. – Você conheceu sua mulher...

C.A. – Nas ciências sociais. Por isso que eu digo: nas ciências sociais foi que eu me integrei mesmo na universidade. O que aconteceu?

C.C. – Mas você continuou a engenharia civil? Você se formou?

C.A. – O que acontece? Quando eu me dei conta que eu fazia 10, 11 cadeiras... Porque eu tinha que fazer um número grande de cadeiras. Eu não podia fazer poucas, porque se não eu não conseguia na engenharia me matricular nas disciplinas. Eu tinha que combinar os dois cursos, então eu tinha que sair bem na engenharia para poder me matricular um pouco antes dos outros e pegar as turmas que me permitiam fazer as ciências sociais. Mas eletrônica era um curso muito puxado. *Full time*. Quer dizer, eu não conseguia fazer os dois cursos ao mesmo tempo. Eletrônica e ciências sociais. Aí em 1979 eu mudo para engenharia civil, que era um curso que me permitia com mais facilidade cursar os dois ao mesmo tempo. E eu fiz um cálculo pragmático. Naquela época, já há quase 40 anos atrás, 40 anos, a área de ciências sociais estava muito pouco profissionalizada no Brasil e no Rio Grande do Sul, em particular. Eu já estava na

metade do curso de engenharia. Digo: “Bom, eu me formar, vou ter o canudo.” Mas eu só fui engenheiro uma noite: a noite da minha formatura. Eu nunca exerci. Imediatamente eu me formei lá em engenharia na metade do ano de 1982, ciências sociais no final do ano e em março de 1983 eu ingressei no mestrado de ciência política na UFRGS. E aí a minha carreira foi nessa direção.

C.C. – E o mestrado em ciência política na UFRGS foi uma decisão tranquila, tinha outra opção?

C.A. – Foi. Não, foi tranquila, porque eu já me inclinava pela ciência política durante o curso de ciências sociais.

A.M. – Havia, àquela época, alguma pesquisa? Os professores abriam oportunidade para os alunos de graduação de participar em pesquisas?

C.A. – Os alunos podiam... Os professores faziam algumas pesquisas eleitorais e os alunos ajudavam, mas não havia algo institucionalizado, como, por exemplo, bolsas de iniciação científica. Não, não havia.

A.M. – O sistema era um sistema de cátedras, como era na USP? Os professores tinham seus assistentes?

C.A. – Não. Não, não. As federais, naquela época, já estavam, digamos assim, já tinha havido a reforma universitária para as federais. Foi lá entre 1970 e 1972. Então já eram departamentos e os professores catedráticos já tinham... Já não havia mais cátedras. O Helgio Trindade foi importante.

C.C. – Foi seu professor na graduação?

C.A. – Foi professor da graduação e lá, imagina... Eu tinha um diploma de engenheiro e chegar para a família e dizer: “Bem, eu vou fazer o mestrado em ciência política”... [riso] Era ainda governo Figueiredo, ainda a ditadura. Assustei um pouco os velhos. Mas eu pedi um conselho ao Helgio lá no segundo semestre, antes de 1982. Disse: “O que tu achas, em suma?” E ele me disse: “Olha, Arturi, tenho lá 20 anos mais que tu e o que eu posso dizer é o seguinte: escolhe o que tu gosta de fazer. E depois o resto vem.” Foi um bom conselho, um conselho decisivo. Aí eu me inscrevi no mestrado em ciência política com tranquilidade. Era o que eu queria.

C.C. – No mestrado o teu orientador vai ser o Marcello...

C.A. – O Baquero.

C.C. – Tinha sido professor na graduação?

C.A. – Sim, tinha sido professor na graduação. Na verdade, a minha orientação começou com o professor Abilio Baeta Neves. Depois o Abílio foi para a pró-reitora de pós-graduação e pesquisa da UFRGS, certo? Aí, então, no final, último ano, o meu orientador foi o Baquero. E a minha dissertação de mestrado foi justamente sobre o empresariado industrial e a abertura política no Brasil.

C.C. – Mas o tema ele sugeriu, ou você que quis?

C.A. – Não, o tema foi... Nós estávamos na transição. Eu queria trabalhar com isso. A sugestão foi do Baquero. “Quem sabe, Arturi, tu trabalhas com o empresariado.” Por quê? Porque lá em 1978 houve uma mudança significativa. Houve uma eleição, uma disputa na Fiesp. E estava na moda se chamar os novos trabalhadores, os novos sindicalistas, etc. Em 1979 foi essa mudança na Fiesp. Em 1979 os empresários também se colocam, – pelo menos uma parte deles –, nesse diapasão. Há uma disputa. É interessante o ano de 1979, porque no primeiro semestre ainda era a antiga diretoria da Fiesp. Acho que [Teobaldo] De Nigris era o presidente. Essa diretoria da Fiesp lançou um documento contra a abertura política ou, pelo menos, pedindo ao governo que tivesse cautela. Quando se elege a oposição dentro da Fiesp, no final do ano eles lançam uma nota apoiando abertamente o processo de abertura política. Disse: “Ah, vou estudar esse novo, entre aspas, empresariado, que se inseriu no debate público sobre a transição.” Aí tinha Severo [Fagundes] Gomes, o [Cláudio] Bardella era o Luís Eulálio de Bueno Vidigal, o próprio Antônio Ermínio de Moraes. Então foi um pessoal, digamos, um pouco mais arejado e também sentiu o sinal dos tempos, digamos assim. Claro, não fiz entrevistas. Não vim a São Paulo. Peguei, coletei muito material de imprensa. Eu me lembro que a Gazeta Mercantil, na época, produziu muito material, muita entrevista com esses empresários. Foi muito mesmo. Então eu fiz a minha dissertação de mestrado e a defendi em 1989.

C.C. – Durante o mestrado você se envolveu nessa pesquisa sobre as eleições de 1982.

C.A. – Isto, isto.

C.C. – Que ganhou o candidato do regime.

C.A. – Do regime no Rio Grande Sul. Exatamente. Isto foi muito interessante. Aí eu já estava no mestrado. Essa pesquisa foi realizada em 1982, um pouco antes das eleições. Um *survey* grande, uma centena de questões. “Quem o senhor vai votar?” Aquele negócio todo. Mas um *survey* bem feito e o professor Baquero, justamente, o Marcelo, dirigiu esse *survey* no Rio Grande do Sul. Quando em 1983 eu fiz um seminário com ele, já no mestrado, ele propôs para a turma que o resultado do seminário fosse um livro com um capítulo de cada um de nós sobre algum tema retirado desse *survey*. Foi o meu primeiro trabalho científico. Eu peguei justamente o perfil do eleitorado de Porto Alegre, porque a pesquisa foi feita em Porto Alegre. E foi muito interessante. Dentro dos primórdios, digamos assim, – eu acho que eu relato isso –, era cartão perfurado.

A.M. – É isso que eu ia lhe perguntar. Como é que vocês trabalhavam os dados naquela época?

C.A. – O Baquero é especialista nessas coisas. E era isso. Trabalhávamos com cartão furado, íamos para o CPD da UFRGS rodar tudo aquilo, fazer cruzamento de questões.

A.M. – Deixa eu lhe perguntar: sua formação em engenharia ajudava um pouco nisso?

C.A. – Ajudava, ajudava. Claro que ajudava. Tinha noção estatística.

A.M. – Por que do ponto de vista da sua formação na graduação em ciências sociais e depois no mestrado, como é que era do ponto de vista teórico? O que vocês estudavam mais na ciência política àquela época?

C.C. – Complementando a pergunta, se tinha contato, por exemplo, com o que se fazia no IUPERJ, ou na USP, nos grandes centros de ciência política na época. Ou se ficava mais ou menos restrito ao ambiente lá da UFRGS.

C.A. – Não, nós tínhamos contato. Nós tínhamos contato sim com o centro, com São Paulo e com o Rio. O pessoal lia. É interessante isso, porque o curso de ciência política, a pós-graduação em ciência política na UFRGS é um dos meus antigos do Brasil. Foi fundado em 1972. Também professor Ferraz, que veio de Princeton, ele fez um master lá, o Helgio e o pessoal da sociologia fez um curso, um programa de pós-graduação em sociologia e ciência

política, que foi inaugurado em 1972. São duas formações. Tinha o pessoal que fez os seus mestrados aqui no centro. No centro é interessante. O professor [Aires?], por exemplo.

C.C. – Centro Rio – São Paulo.

C.A. – Rio, São Paulo e Minas, porque um pessoal... Claro, ciência política em Minas é antigo o DCP da UFMG. Então nós tínhamos dois professores com mestrado em Minas e tínhamos alguns, um ou outro, que fez São Paulo, fez Rio, então tinha contato. E tinha a França via Helgio. Sobretudo porque o Helgio fez doutorado na França e encaminhou muita gente pra lá.

C.C. – Já existia o Capes-Cofecub?

C.A. – Sim, existia. Existia. Creio que o Capes-Cofecub foi mais para o final dos anos 1970, mas eu fui para a França dentro do acordo Capes-Cofecub. Então nós tínhamos uma influência que eu acho bastante interessante. O pessoal formado aqui, Rio, São Paulo, Minas; e um outro grupo de professores formado no exterior. O Helgio na França, o Abílio na Alemanha, o Marcello Baquero nos Estados Unidos, o Ricardo Steinfus, da área de relações internacionais, que foi ele o primeiro a iniciar lá. O seu doutorado foi na Suíça, em Genebra. Então eu diria o seguinte: eu tive um bom curso. Eu tive um bom curso de mestrado com influências diversificadas, vamos dizer assim, dos professores.

C.C. – Aí você começa também a trabalhar, nesse período do mestrado ainda, 1984, no NUPERGS.

C.A. – Sim.

C.C. – Seu primeiro emprego.

C.A. – Foi o meu primeiro emprego. É o Núcleo de Pesquisa e Documentação da Política Rio-grandense. A sua origem foi com o Helgio. Esse grupo reuniu os arquivos do Raul Pilla. O Raul Pilla era um deputado do Partido Libertador do Rio Grande do Sul. Só existia lá o PL, – Partido Libertador –, que era um partido parlamentarista, conservador, liberal-conservador. Para vocês terem uma ideia, o ex-ministro e ex-senador Paulo Brossat era da ala jovem do Partido Libertador quando eu trabalhava nos arquivos do Raul Pilla. Então eu trabalhei no NUPERGS nos arquivos do Raul Pilla, mas a documentação toda foi fotocopiada dos arquivos do Assis Brasil, do Flores da Cunha. Tem um acervo importante, que precisaria ser hoje

digitalizado e tudo o mais, porque está tudo microfilmado. E eu trabalhei com o arquivo do Raul Pilla, conheço bem o arquivo do Raul Pilla. Foi ali meu primeiro emprego. Comecei em maio de 1984. Eu já tinha um ano e meio de mestrado. E aí sim, um ano e pouco mais tarde, no segundo semestre de 1985, eu presto um concurso, o primeiro concurso em mais de 10 anos, para professor. Naquela época, professor auxiliar. Eu ainda estava no mestrado. E aí foram muitos candidatos. Foram mais de 30 e eu fiquei em segundo lugar e fui chamado. Isso foi final de setembro. Em 1985 eu fiz o concurso e eu comecei a minha carreira decente em agosto de 1986.

C.C. – Mas manteve o trabalho no NUPERGS.

C.A. – Mantive, podia, porque eu tinha 40 horas no NUPERGS e 20 como professor. Vinte horas e isso a legislação permite: o acúmulo de 40 mais 20, desde que as 20 sejam como professor. Em 1990, já na França, – eu fui para lá para fazer o doutorado em 1989, em outubro... Em 1990, eu já com a dissertação de mestrado defendida, aí sim eu passo a ser professor em dedicação exclusiva. Claro que aí eu me demito do cargo de técnico em assuntos educacionais que eu tinha no NUPERGS.

C.C. – Você se casou em que ano?

C.A. – Eu me casei em 1991. Me casei em 1991. Quer dizer, já vivia junto com a minha mulher desde 1989, mas em 1989 foi o ano que eu fui para a França. Fiquei um ano e meio lá, voltei para a pesquisa de campo em 1991. E aí casei. A minha mulher ficou esse período. Esse um ano e meio ela ficou no Brasil. Claro que nós íamos e voltávamos de três em três meses mais ou menos, mas ela ficou no Brasil. Ela é socióloga de formação, ela também é professora da UFRGS, mas ela passou uns quatro ou cinco anos na atividade privada, dirigindo a empresa da família, empresa de material de construção. Mas bom, ela acabou, na verdade... Esse um ano e meio foi para fechar a empresa e continuar a carreira acadêmica dela. Então, voltei. Quando eu voltei para o trabalho de campo aqui, em 1991, no meio desse período nós casamos em julho de 1991 e em outubro de 1991 voltei para Paris e aí ela foi junto e iniciou o doutorado dela lá em sociologia.

C.C. – No início, você fala, morou na Maison.

C.A. – Morei. Morei na Maison du Brésil, na Casa Brasil, na cidade universitária de Paris, que foi uma experiência muito rica, muito interessante. Uma centena de doutorandos de todas as áreas. E a cidade universitária de Paris é uma maravilha. São 40 ha dentro de Paris, intramuros, perto ao Sul. Foi uma doação dos [inaudível], início do século XX. E lá, na época, tinha mais de 40 casas. Cada país construía sua casa para os estudantes e a Casa do Brasil foi projetada pelo Lúcio Costa e pelo Le Corbusier. Ela faz parte do patrimônio histórico francês, a Casa Brasil. É uma maravilha, assim como as condições ideais de estudo. Embora a casa estivesse caindo aos pedaços, hoje ela está totalmente reformada e é um lugar interessante, pelo mesmo para quem vai em curta duração.

C.C. – Agora, a opção por ir para a França passou por contatos pessoais, ou por uma admiração intelectual?

C.A. – Passou por contatos pessoais. Em que sentido? No mestrado, em 1984, segundo ano do meu mestrado, foram dentro do acordo Capes-Cofecub, que o Helgio tinha fundado anos antes com a SciencePo, com institutos políticos de Paris, foram dar aula lá Alain Rouquié, em ciência política. Foi, inclusive, embaixador da França no Brasil há uns 10, 15 anos atrás, 15, 20 anos atrás; e o Guy Hermet. Ambos deram um curso, seminários curtos. Bom, eu fiz o seminário dos dois. No seminário do Alain Rouquié ele trabalhou muito com a questão da democratização, com os militares. Sobretudo porque a tese dele foi sobre os militares da argentina. Nos trouxe literatura que nós não tínhamos lá contato. E depois o Guy Hermet que também trabalhava com a questão de transição e democratização. A tese dele foi sobre o papel da Igreja no período franquista na Espanha. Eu fiz o seminário também com o Hermet e no final do seminário ele gostou, coisa e tal. Eu apresentei um conjunto de textos no seminário e no final do seminário ele me disse alguma coisa, como algo assim: “Bom, mas depois do teu mestrado o que você pretende fazer?” “Ah, gostaria de fazer o doutorado.” “Se você quiser fazer lá na Sciences Po comigo.” Me deu o cartão. Disse: “Você faça contato.” Quatro, cinco anos depois, fiz o contato depois de terminado o mestrado, depois de ter ingressado na carreira docente em 1989. Então foi esse contato pessoal com o Guy Hermet e também no âmbito do acordo Capes-Cofecub que a UFRGS tinha com a Sciences Po.

C.C. – De aluno foi só você fazer o doutorado?

C.A. – Na época fui só eu e depois foi... Digo, ainda nos anos 1980. Foi mais um colega meu, o Luiz Marques. E mais recentemente, aí foi a minha vez de enviar alunos para fazer doutorado lá. Doutorado pleno, no caso. Está lá agora Naís Passos, que é filha de um amigo meu, que está fazendo doutorado na Sciences Po. Um assunto muito interessante, inclusive. A participação dos militares na segurança pública. No caso, aqui, no Alemão, e no México, em Tijuana. Ela fez trabalho de campo também no México, etc., com o Olivier [inaudível]. Porque hoje a Sciences Po tem a OPALC, que é Observatório da Política da América Latina e Caribe, que é o único centro, que eu saiba, hoje, que trabalha com a América Latina mesmo na França. Quer dizer, brasilianista na França o número está cada vez mais reduzido. Isso é uma questão preocupante. Eu diria até latino americanistas. Então ali é um centro importante.

A.M. – Arturi, só para não perder aqui cronologicamente. Enquanto você estava no mestrado estava acontecendo o processo de abertura.

A.C. – Ah, sim.

A.M. – E como é que era isso dentro da UFRGS, dentro da ciência política? Vocês eram cientistas políticos, vocês estudavam o processo de transição e o processo de transição acontecia ao vivo e a cores.

C.A. – Sim e nós participávamos. Íamos para as ruas, participávamos. Eu me lembro. Em 1977 eu entrei em março, em maio eu estava nas ruas. E interessante: o Lula uma vez disse uma frase, anos atrás. “A oposição cresce rápido.” Como cresce rápido! A engenharia desceu às ruas, que era um curso muito conservador. Eu me lembro, eu estava no anfiteatro. Não me lembro se era uma aula... Não me lembro qual era a disciplina, mas era um anfiteatro grande, 60, 80 alunos e, de repente, entrou um colega que nós conhecíamos. Meio machucado, molhado, já estava tendo uma manifestação que foi reprimida no centro de Porto Alegre. E ele entra. Isso porque era uma de família tradicional de Porto Alegre. Hoje é o líder do Santo Daime lá em... Como são as coisas. Mas o [inaudível] entrou lá e disse: “Olha como eu estou. Estão batendo em nós. Vocês estão aí parados.” Foi incontinente. Eu não esperava aquela reação. Todo mundo fechou os livros, professor ficou lá na frente e o pessoal desceu e foi engrossar a manifestação. Engrossar em termos, porque nós não chegamos ao centro da cidade. Não conseguimos nem sair de dentro do campus da UFRGS, porque a repressão... Foi a primeira vez, – 1977 –, e talvez a única que eu tenha visto agentes da repressão mesmo. [Inaudível],



batendo com as armas na porta, defronte a reitoria da UFRGS. Ali a gente não saiu. As outras manifestações foram, digamos assim, mais tranquilas. Questão de gás lacrimogêneo, essas coisas assim. Mas aquela ali nós sentimos que era a primeira, então a repressão foi mais forte. Na segunda foi menos e aí aquela velha história. Aí quando você sente que não vai haver mais repressão, as coisas ficam mais fáceis. Eu não tive um engajamento militante. Não militei, nunca concorri a nada dentro do movimento estudantil, não militei em nenhuma organização na política. A minha única filiação político-partidária, que eu não sei se existe ainda, é lá do MDB jovem. [riso] Lá quando eu tinha 18 anos. Mas ia, claro, nas manifestações.

A.M. – Campanha das Diretas Já, como é que foi?

C.A. – Ah, sim. As Diretas Já chegaram em Porto Alegre. Eu me lembro que eu fui quando houve o comício mesmo, o grande comício em Porto Alegre, no Largo da Prefeitura, no centro de Porto Alegre, e tinha muita gente. Porque sempre a gente exagera o número de manifestantes. A polícia diminui e os manifestantes exageram. Mas, de fato, tinha muita gente, porque nós não conseguíamos, – eu e o pessoal que estava comigo –, chegar no largo da prefeitura, ali na Avenida Salgado Filho. Quem conhece Porto Alegre... Nós ficamos a mais de seis ou sete quarteirões lá da prefeitura, então tinha muita gente. Muita gente mesmo.

A.M. – E vocês, como cientistas políticos, imaginavam que seria possível? Como é que vocês analisavam? Vocês estavam estudando. Nesse momento, você estava estudando mudança de regime.

C.A. – Sim, mudança de regime. Exatamente. É interessante isso. Me faz pensar retrospectivamente qual era a nossa avaliação, – a minha, em particular. Nós não sabíamos o que ia acontecer. Nós estávamos forçando. Mas não imaginávamos, digamos assim, o que poderia ocorrer no final do governo Figueiredo, final de 1984, portanto. Queríamos Diretas Já, óbvio, mas isso não estava dado. Não foi assim. E tampouco imaginávamos, – eu acho que menos ainda –, que um candidato da oposição fosse eleito no colégio eleitoral em janeiro de 1985. Mas nós estávamos no movimento, vamos dizer assim, por democratização e por eleições diretas. Mas havia uma grande incerteza quanto, digamos assim, futuro mais imediato mesmo. Claro, nós tínhamos a percepção que a abertura avançava. As últimas manifestações de rua não foram propriamente reprimidas. Foram mais tranquilas. Nós percebíamos que alguma mudança qualitativa estava correndo. Claro que o pessoal mais radicalizado, mais de esquerda mesmo,

esquerda revolucionária... Me lembro da [inaudível], por exemplo. Achava que nós estávamos em um momento pré-revolucionário. A revolução ali depois do Figueiredo. E eu falei para mim que não acreditava nisso.

C.C. – Havia também muito nessa época a discussão no ambiente acadêmico muito forte também, eu me lembro, entre a opção por uma frente, na qual o PMDB estaria à frente, e o PT surgindo não na frente. Quer dizer, fazer a sua trajetória solo, lançar seus candidatos. Em 1982 foi o Olívio Dutra. Você acompanhava?

C.A. – Acompanhava. Acontece que no Rio Grande do Sul... Engraçado, o PT foi muito forte no Rio Grande do Sul. Ainda é. Claro que agora na conjuntura atual há muita decepção, muito desencanto, etc., mas ainda é um partido estruturado, tanto é que elegeu em 2010 o Tarso Genro como governador de estado e teve quatro prefeituras consecutivas – de 1989 a 2005 em Porto Alegre. Foi muito forte, mas no início, Celso, lá em 1982, 1981, 1983, logo na fundação do PT e das eleições de 1982, o PT era muito pequeno no Rio Grande do Sul. Por quê? Porque o trabalhismo era muito forte. O PDT do Brizola.

C.C. – No ambiente acadêmico ele não era tão pequeno quanto...

C.A. – Não, no ambiente acadêmico ele era mais representado do que na população, no eleitorado em geral. No ambiente acadêmico sim, tens razão. Havia essa discussão. Tanto é que houve muitas filiações ao PT, tanto de professores quanto de alunos, aí no início dos anos 1980. Essa discussão houve. Mas eu diria assim, não foi aguda no Rio Grande do Sul. Não foi aguda. O que foi mais complicado, – isso se verificou na eleição de 1982, que venceu o candidato do regime, o Jair Soares –, era sim o embate entre o PMDB do Simon e o PDT do Brizola.

C.C. – Brizolistas.

C.A. – Claro. Porque foi isso que deu a vitória ao Jair Soares. Porque não esqueçamos, 1982 não havia segundo turno. O segundo turno modifica tudo.

C.C. – O Brizola ganhou no Rio.

C.A. – O Brizola ganhou no Rio e o Jair Soares fez 33%, mas assim foi por muito pouco, mas fez. Ele fez mais votos que o Simon, praticamente empatados, e o candidato também não saiu mal. O Alceu Colares do PDT. Quer dizer, o Jair ganhou porque, eu digo sempre para os alunos:

a estratégia de dividir oposição, anistia e depois multipartidarismo para dividir a oposição e manter, digamos assim, os quadros do regime em um partido só e a ausência do segundo turno, só funcionou no Rio Grande do Sul.

C.C. – E no Rio foi o oposto.

C.A. – No Rio foi o oposto, claro. Claro. O Brizola foi muito sagaz. Ele queria, evidentemente, o protagonismo nacional. Não ia ficar no Rio Grande do Sul. Veio para o Rio de Janeiro. Em um lance arriscadíssimo. Ninguém imaginava.

C.C. – Começou com um traço nas pesquisas, quase.

C.A. – Começou com um traço. Ele foi muito sagaz. Bom, quem conheceu Brizola, o seu voluntarismo, etc... E ganhou, levou aqui no Rio. Agora, no Rio Grande do Sul ele não quis se inserir no PMDB do Simon e o Simon fincou o pé. Deu o candidato do regime. Ali foi o único lugar que a estratégia imaginada lá pelo Golbery no final dos anos 1970 deu certo. Foi o único que funcionou. O resto não deu. São Paulo foi Montoro, Minas foi Tancredo.

C.C. – O PMDB ganhou quase todos.

C.A. – Quase todos.

C.C. – Eu não queria pular. Uma pergunta sobre a tua experiência na Sciences Po. Uma experiência em um ambiente acadêmico diferente. Você como doutorando, mas embora você já tivesse inserção como professor. Você não era um estudante só. Mas lá era estudante.

C.A. – Lá era estudante.

C.C. – Como é que foi o ambiente acadêmico francês lá na Sciences Po nessa época.

C.A. – Por que mudou muito, não é? A Sciences Po hoje quase duplicou o número de alunos, se internacionalizou. Acho que quase metade dos alunos hoje são estrangeiros na Sciences Po. Isso foi uma grande mudança que ocorreu de meados dos anos 1990 para cá. Mas realmente, quando eu entrei, não. Quando eu entrei, a Sciences Po era uma grande *école*, como eles chamam na França. Uma instituição de elite para formar a elite francesa, quadros do Estado francês, quadros das ex-colônias francesas, porque eu entrei... Havia três grandes áreas: políticas públicas, para formar os quadros mesmo administrativos do Estado francês, que

depois iam fazer L'ENA, École Nationale D'Administration. Havia ciência política, stricto sensu, onde eu estava matriculado, e havia mundo árabe contemporâneo. Então eu convivi com príncipes. [riso] Tinha um príncipe jordaniano, por exemplo. Era até um bom amigo ali. Um príncipe pobre. Ele disse: “Olha, a casa real da Jordânia é pobre.” [riso]

C.C. – Não mais pobre do que você. [risos]

C.A. – Não mais pobre do que eu, mas ele era quase isso, vamos dizer. [riso] Porque era um príncipe, não era um dos primeiros na linha sucessória, mas estava na linha. Em suma, era extremamente elitizado do ponto de vista social, inclusive. Jeans só os estrangeiros usavam. Tinha um americano na minha... Éramos meia dúzia de estrangeiros. Tinha um americano que usava jeans, tinha um grego, tinha uma argentina, eu, brasileiro, uma mexicana, a [inaudível]. Nunca vi ninguém de tênis. Eu usava sapato, para você ver. E muitos dos meus colegas, alguns de terno e gravata e outros de blazer. E alguns já em mangas de camisa, digamos assim. Camisa social. Você vê um elitismo social mesmo. Pessoal se preparando para ser muito, muito competitivo. Ali eu tive noção do que era uma instituição de alto nível no exterior e o grau de exigência de leitura, de estudo. Eu tive que me adaptar muito rapidamente a isso, porque eu entrei já em concursos. Tinha que melhorar muito o francês, rapidamente também. E não fazer feio, porque afinal de contas, eu era o mais velho da turma, com 30 anos. Nessa idade já era professor. [riso] Mas foi uma experiência extremamente interessante. A questão das transições políticas.

C.C. – Como é que surgiu o tema? O Guy Hermet falou contigo?

C.A. – Sim. O Guy Hermet me disse: “Quem sabe...” Porque o Guy Hermet esteve no Brasil em 1984. Ainda no final do governo Figueiredo. E ele ficou muito espantado. Muitas coisas chamaram atenção nele. Um processo de transição, digamos assim, em boa parte capitaneado pelos dirigentes do regime. [Inaudível] Em segundo lugar, ele ficou muito intrigado com a liberalidade dos costumes numa ditadura na América Latina, em comparação com o Chile, com a Argentina, ou com o Uruguai. Com o Uruguai eu conhecia bem, porque como eu era da fronteira, eu muitas vezes ia ao Uruguai. No Uruguai, se você andava com uma calça jeans um pouco mais desbotada, ou cabelos compridos, você era... Realmente, apanhava na rua. A polícia era algo assim. Se fala da Arábia Saudita, que de vez em quando baixa lá o ministério da promoção da virtude, mas no Uruguai, guardadas as devidas proporções, era mais ou menos

isso. Ele chega no Brasil e fica espantado de ver que a Embrafilme, uma estatal, produzia pornochancadas, como se chamava os filmes eróticos. Vocês não estão entendendo. Ele tinha uma tese até conspiracionista. “Isso é para desviar energia da juventude, coisa e tal.” [risos] Para não se meter na política. Quando eu cheguei, ele me disse... Eu saí com uma proposta de fazer uma análise comparada dos casos brasileiro, argentino e chileno. E o Hermet me disse: “Olha, é muito coisa, Arturi. Faz uma troço concentrado sobre o projeto de transição dos dirigentes brasileiros. Essa capacidade de antecipação que tiver. Ou seja, tem muita gente estudando a esquerda, tem muita gente estudando o PT, tem muita gente estudando a oposição. Vai para a cúpula do regime ver por que eles iniciaram esse processo, como é que foi, que divisões teve, etc.” Foi ele que me deu a sugestão. “Delimita melhor o teu tema e escolhe a partir do Estado.” E eu gostei da ideia. Foi algo assim, não me foi imposto. Ele me sugeriu aquilo e eu achei interessante imediatamente e fiz.

C.C. – Na época, a atração por estudar os movimentos sociais, a esquerda, os vencidos, como se falava, a história dos vencidos, era muito forte.

C.A. – Fortíssimo.

C.C. – A grande maioria das pessoas ia estudar esses temas e não, vamos dizer, o centro do regime, que é o que você foi...

C.A. – Havia certa desconfiança do meio acadêmico.

C.C. – Você sentia?

C.A. – Sentia. “Vem cá, como é que você vai estudar isso?” Quando eu comecei a fazer as entrevistas em 1991, eu me lembro em 1992, em um Anpocs, vim aqui e foi muito interessante. Um ou outro colega disse: “Mas como é que você conseguiu?” Havia um pouquinho de inveja, mas havia também um certo estranhamento. “Que contato você tem?” Esse tipo de coisa. “Será que ele tem algum tipo...”

A.M. – Algum tipo de afinidade ou proximidade.

C.A. – Ou proximidade. Havia essa certa desconfiança. Me lembro disso em 1992. Eu estava na Anpocs.

C.C. – Você conseguiu entrevistar muita gente do regime.

C.A. – Consegui.

C.C. – Como é que foi? Você conseguiu esses contatos? Desde Geisel e Figueiredo até [inaudível], Delfim Neto.

C.A. – Aí essas coisas são coisas interessantes. Eu tive sorte, acho, que na época. Eu fiz uma parte em 1991, depois eu voltei em 1992, 1993. As minhas entrevistas foram entre 1991 e 1993. O que acontecia? Bom, já tinha havido eleição direta. O Collor foi até o início de 1993. Eu me lembro que eu fiz entrevistas depois do impeachment, já com o Itamar. As últimas foram depois do impeachment. E não havia nenhuma pressão forte, digamos assim, revanchista. Os militares, – pelo menos aqueles que participaram diretamente do regime, os quadros políticos –, eles estavam, digamos assim, tranquilizados em relação a isto e com vontade de falar. As pessoas querem dar sua versão da história. Já estavam fora.

C.C. – Não é coincidência que exatamente 1991, 1992 aqui no CPDOC, a gente fez aquele projeto sobre a memória militar entrevistando muitos militares que nunca tinham falado e queriam falar.

C.A. – Claro. Eu li bem aquilo. [Inaudível], por exemplo. Brigadeiro, [inaudível]. [riso] Porque as pessoas querem falar. Eu comecei lá por Porto Alegre. O Abílio Baeta Neves me disse: “Quem sabe tu começa entrevistando o vice-chefe da Casa Civil do Médici, Almir do Couto e Silva, que é um grande advogado de Porto Alegre.”

C.C. – Depois publicou um livro também com entrevistas e outro sobre a abertura.

C.A. – Abertura, exatamente. E o Almiro me deu uma excelente entrevista. Excelente. No escritório dele lá. Me contou como é que era estruturado o governo Médici. “Não houve nenhuma tentativa de abertura porque...” Tinha aquele famoso *paper*, que teria sido escrito pelo Huntington sob encomenda do Leitão de Abreu. Isso em 1972. Em que o Huntington faz o que seria um roteiro de abertura política, que foi mais ou menos o que o Geisel e o Golbery, o Figueiredo, seguiram. Eu sabia disso e eu disse para ele: “Como é que foi isso?” E ele me disse: “Olha, se pensou nisso, se falou nisso. Acontece que ninguém gostava muito de fazer política não no governo Médici. O próprio Leitão de Abreu, que era meu chefe imediato não era um

homem afeito ao jogo político. Foi isso. E o Almiro me passou para um outro, – Romeu Ramos –, que também foi um secretário de Minas e Energia do estado do Rio Grande do Sul, que me deu uma visão muito interessante. Ele me disse: “Olha, eu sei que o senhor não apoia o regime”, – ele me disse – “mas nós construímos o Estado brasileiro.” Disse coisas assim. “Um dia eu fui pagar imposto de renda”, – ele era estancieiro – e os colegas dele lá de São Borja disseram: “Pagar imposto de renda?” [risos] Ficaram espantados. Ele disse: “Quando eu fui pagar...” Em Porto Alegre. Ele tinha se mudado recentemente para Porto Alegre. “A receita federal ainda era uma piada. Nós fizemos tudo isso.” Aquele negócio todo. E assim foi. Um indicando o outro. Você vai criando confiança. Claro que Geisel e Figueiredo foi mais difícil. Eu escrevi uma carta para o Geisel em 1991 e ele me respondeu. Eu tenho essa carta até hoje com o carimbo da [inaudível]. E ele me negando na entrevista, mas escreveu uma carta de duas páginas manuscrita se justificando porque não me concedia a pesquisa. Dois anos depois eu consegui. Um ano e meio depois. Mas como? Através do Geraldo Moraes Rego.

C.C. – Que foi também quem foi nos colocando...

C.A. – Pois claro. Eu liguei para o Geraldo Rego para entrevistá-lo. Aí ele, Geraldo Moraes Rego, ele me disse: “Ah, mas o Geisel não gosta de dar entrevista.” E eu tinha essa dificuldade. Eu estava entrevistando muita gente do período Figueiredo e poucos do Geisel. E me dei conta da autoridade que o Geisel ainda exercia. Autoridade moral. Como ele não falava, os outros também não se sentiam no direito. Aí eu tive um desabafo com o Moraes Rego. Digo: “Mas não consigo pensar ninguém, porque vocês também não dão entrevista.” Aí ele me disse: “Mas quem sabe você ligue para ele.” “Não tenho telefone. Eu escrevi há dois anos, ele me negou.” “Ah, mas liga.” Me deu o telefone pessoal mesmo. Tanto que quem me atendeu o telefone, eu penso que tenha sido a Amália Lúcia, porque ela vem da família, é muito bem articulada e era relativamente [inaudível]. Certamente. Ela disse: “Vou lhe passar o papai.” Não disse papai. Eu que induzi que fosse. E aí no telefone ele me disse: “Ah, me lembro sim. Pois é, mas não estou disposto.” Eu disse: “Certo, mas o senhor deu uma entrevista para o Alfred Stepan. Como é que o senhor dá uma entrevista para um estrangeiro e não dá para o brasileiro?” [risos] Ele ficou sem jeito, mas eu peguei nele. Aí ele tentou sair ainda. Ele me disse: “Mas o que eu vou dizer para os outros colegas seus, brasileiros, que eu também neguei?” “A mesma coisa que o senhor me disse há dois anos atrás. Naquela época não era o momento, mas agora é.” Aí ele disse: “Tá, então vamos marcar.” Marcou em janeiro aqui, de 1993. Mas foi assim. E o

Figueiredo foi o Danilo Venturini. Entrevistei o Danilo Venturini e eu disse: “Olha, eu gostaria muito de...”

C.C. – Não conseguimos entrevistar. Ele não quis.

C.A. – Ele também tinha feito contato. Aí o Danilo Venturini disse: “Olha, eu acho que ele pode lhe dar uma entrevista.” Eu estava em Brasília. Ele morava ali, tinha uma chácara nos arredores de Brasília, o Danilo Venturini. Tinha muito material, muito material do Conselho de Segurança Nacional. Porque ele me disse: “O senhor não faz ideia o que o Golbery fez.” Eu digo: “O que?” “Deu todas as gravações do Conselho de Segurança Nacional para o jornalista Elio Gaspari.” Eu disse: “Ah, é?” “É, está tudo com ele. Eu não vou fazer isso com o senhor, mas tem um material muito grande aqui em casa.” É uma pena, a gente não sabe onde foi parar esse material. A biblioteca, por exemplo, tinha muito material político do Leitão de Abreu, que me deu uma péssima entrevista. Não falou nada, o Leitão. E o Venturini foi isso. Ele ligou para o Figueiredo e disse: “Olha, o cara parece sério. Você aceitaria?” “Ah, então ele que venha ao Rio.” Não tive dúvida. Dois dias depois... Eu parava, naquela época, na casa do Ricardo Noblat. A mulher do Noblat é prima da minha mulher. O Ricardo Noblat me conseguiu também muitas entrevistas. Não teve outra. Eu fui para o Rio, entreguei uma carta, fiz uma carta de apresentação minha, entreguei a carta do meu orientador, do Hermet, em francês e tal, mas o Figueiredo lia perfeitamente francês. Era uma chuva torrencial um dia, de noite, aqui no Rio e eu entreguei lá na portaria do prédio dele, lá em São Conrado. Voltei, fui de táxi. Você vê como a segurança no Brasil hoje está melhor. Mas um segurança estava ali no condomínio, na recepção. Acho que era segurança do próprio Figueiredo. “O senhor não quer entregar a carta lá em cima?” [risos] De noite, eu com uma pasta. Não, não, eu prefiro deixar aqui.” E voltei. Voltei para o Leme, onde eu estava parando ali. Quando eu chego, toca o telefone. Era o próprio Figueiredo. “O senhor não quer vir aqui amanhã?” O dia seguinte era um sábado. E eu fui lá e fiz a entrevista. Foi a única entrevista que ele não deixou eu gravar. “Eu tenho horror de microfones.” [risos] [Inaudível] Mas me deu uma entrevista boa.

C.C. – Ao contrário do Geisel, que você falou que tinha uma certa autoridade moral sobre... O Figueiredo tinha muito menos.

C.A. – Muito menos. Muito menos. Queimado com os militares, que disseram que ele... De fato, ele não conseguiu fazer, não conseguiu coordenar sua sucessão. Seja dito isso. Nunca



consegui saber por que direito, Celso. Porque essa é uma pergunta que eu fiz a ele. Aí ele me responde: “Mas como é, professor, que eu ia conseguir coordenar a sucessão?” Quando o Maluf, o André [inaudível] e o... Terceiro, santo Deus. Maluf, André [inaudível] e o Aureliano.

A.M. – Aureliano Chaves.

C.A. – É, o Aureliano Chaves, que era o vice-presidente. “Se lançaram como candidatos”, ele disse, “eu tentei coordenar no início de 1984. Chamei os três para uma reunião no gabinete presidencial. Quando eu abro a porta, está cheio de jornalista em volta e não são três, são quatro. O Marco Maciel tinha aparecido de última hora.” [risos] Ele já tinha perdido o controle completamente. Chamou três, vieram quatro. Não dava mais. Mas isso ficou a dúvida. Ele namorou aquela hipótese do Brizola, sim, de dois anos mais e depois eleição direta. Namorou, porque o Delfim disse para ele. Eu fiz uma entrevista com o Delfim Neto e Delfim disse: “Avisei a ele. Digo: ‘Olha, não é má proposta, porque nós estamos saindo da recessão.’” O Delfim percebeu que era um troço cíclico. “Daqui a dois anos a economia vai estar bem de novo e o senhor consegue fazer a sucessão.” Mas os militares não toparam os dois anos mais. Ali ele chamou o Geisel, para sondar o Geisel, se obteria alguma coisa do alemão para essa solução e o Geisel me contou. “Eu não disse uma palavra. Mandaram um jatinho me pegar aqui, eu fui lá e ele veio com essa conversa.”

C.C. – [Inaudível] muito decepcionado.

C.A. – Decepcionado. O outro mistério: por que Geisel escolhe Figueiredo? O Elio Gaspari, nesse último livro sobre o Figueiredo, diz que aquilo vinha já... Eu não creio. Eu, pessoalmente, creio que era mais o Golbery, que foi levando a candidatura Figueiredo por dentro do governo Geisel, até antes mesmo, com a esperança também de ser a iminência parda nos dois governos. Não deu certo. Saiu logo depois do Riocentro. Eu creio que o alemão, de uma certa maneira, não lhe sobrou muita alternativa. Não creio que ele tivesse, lá ainda, atrás, em 1974, a ideia de Figueiredo seria o sucessor.

C.C. – Eu acho que também para além do cenário político, o Geisel também levava muito em conta o cálculo no cenário militar, *stricto sensu*, dentro da caserna. E aí é uma coisa mais opaca, que a gente entende menos. Porque ele empurrou o Figueiredo goela abaixo do alto comando dos generais.

C.A. – Empurrou, empurrou.

C.C. – Então eu acho que ele era um cálculo um tanto... Ele falava que tinha dois fronts: o front político, oposição, e o front militar. E o Figueiredo, certamente esse cálculo político, Golbery pensando à frente, mas dentro do mundo militar ele também pensava muito nisso.

C.A. – Mas ele forçou, porque a quarta estrela do Figueiredo foi intempestiva.

C.C. – Demitiu o Frota.

C.A. – O Ednardo, o Frota e o Abreu. Não foi pouca coisa. O Figueiredo me disse uma coisa no início da entrevista que me espantou. Me disse o seguinte: “O Geisel foi muito deselegante comigo.” Eu quase caí para trás. Pensei justamente: “Mas o cara derruba três.” Dá uma quarta estrela intempestiva e o cara diz que foi deselegante. Me espantei. Disse: “Por quê?” Mas o Figueiredo era é inteligente. Ele disse: “Porque ele tinha que ter extinguido o AI-5 ou no início do governo dele, para ver como é bom governar sem o AI-5, ou deixasse para eu fazer no momento que eu considerava mais adequado e não às vésperas de eu tomar posse.” O Figueiredo toma posse no cabo do foguete. Setenta e nove, mas 1979, 1977 os estudantes saíram para a rua, 1978 o ABC, em 1979 os dois juntos.

A.M. – E a Anistia, não é?

C.A. – E a Anistia. Mas a Anistia fazia parte do plano.

C.C. – Mas a Anistia o Geisel deixou para o Figueiredo fazer. Saiu como mocinho.

C.A. – Claro, claro. Deixou. E fazia parte do plano dividir a oposição para... Mas o Figueiredo ficou injuriado, digamos assim, com o fato de que ele estava sendo um instrumento realmente de poder. Ele tinha lá suas broncas. Ele não entrou muito nisso, não. Quando eu perguntei mais sobre a questão da sucessão, ele dispersou... Ele se sentia derrotado. Eu vou te dizer isso. E certamente muito ressentido com seus colegas de farda. O Figueiredo. Se via que havia uma... Ele tinha um sentimento, digamos, de não ter cumprido corretamente o seu dever. Ao contrário do Geisel. Isso foi uma questão que, das entrevistas que eu fiz, eu notei.

C.C. – Agora, como é que é 20 anos depois? A gente está falando dessa experiência 20 anos depois de você ter feito a pesquisa, a tese. Você continua achando tua abordagem nesse período válida e que a tese explica o que você, na época, queria explicar?

C.A. – Eu acho que sim, Celso.

C.C. – Você não continuou estudando esse período depois?

C.A. – Não, não. Não segui estudando. Sempre tive um olho, orientei tese sobre este período, me interessei, acompanho a literatura.

C.C. – Desculpa, vou explicar um pouco mais, porque a literatura que se produziu depois, ela é muito marcada, como a gente falou antes, por uma enorme maioria de trabalhos, – salvo poucas exceções –, sobre oposição. Oposição armada, oposição civil, resistência. A grande produção é sobre isso. Se tem poucos trabalhos sobre o regime.

C.A. – Sobre o regime tem poucos. Tem poucos.

C.C. – Nos dedos trabalhos de mais peso.

C.A. – De mais peso, mais fôlego. Sim, é verdade. Aquela tendência, essa tendência de estudar mais a oposição, os movimentos, os vencidos, digamos assim, já havia quando eu escolhi a tese e, de fato, depois continuou. Continuou. Mas eu creio que a minha tese, eu acho que ela se mantém. Eu talvez lançasse hoje um pouco melhor, evidentemente, toda a literatura e o tempo que se passou, mas eu mantenho, basicamente, que foi um projeto altamente voluntarista, bem pensado, bem engendrado. Creio que o regime, aqueles que projetaram a liberalização lenta, gradual e segura conseguiram, pelo menos, até o início do governo Figueiredo, realmente controlar o jogo político. Claro, a oposição armada estava derrotada, a ameaça estava afastada. Dentro da oposição, com a quantidade de cassações que houve antes, a hegemonia era dos setores mais conservadores, liberal-conservador. Isso tudo facilitou a aceitação da oposição dessa transição via eleitoral, porque isso é interessante. Eu também peguei, nesse momento que eu estava fazendo a tese, redigindo, uma mudança, uma inflexão muito grande na literatura teórica sobre o processo de transição.

C.C. – A antologia é uma ciência à parte quase, nessa época.

C.A. – Quase. Porque o que havia antes da transição? As teorias macroestruturais, ou instrumentais. Os militares são instrumento das classes dominantes, ou a questão do subdesenvolvimento, etc., como se estivéssemos condenados à ditadura.

A.M. – Era muito forte a ideia do Huntington de modernização e do papel dos militares nesse processo de modernização.

C.A. – Exatamente.

A.M. – Achei interessante que você recuperou aquela possibilidade do Huntington ter escrito ali.

C.A. – Não, escreveu, porque o Vanderlei me disse. Ele escreveu, só que ele não assinou.

A.M. – Pois bem, mas no final das contas, se você leu “*Ordem política nas sociedades em mudança*”, quando ele fala do caso brasileiro, ele fala exatamente isso. Quer dizer, são os militares que têm as condições. São os agentes para democratizar o país.

C.A. – Não, o Huntington, apesar do [inaudível] e tudo o mais é grande cientista político. Ele teve visão. Mas havia essa literatura. Quando começa o processo de transição de uma maneira inopinada quase, no Brasil ninguém esperava aquele discurso do Geisel de 19 de março. O discurso não de posse, mas frente o secretariado, propondo... É um discurso importante pela imaginação política criadora. Ah, é de alguém que tem visão política. Aí há uma inflexão violenta na literatura. A gente sai de explicações macro orientadas para micro política. Um peso excessivo dos atores da indeterminação do jogo político, etc. Eu escolhi algo mais intermediário. No fim, a tese da [inaudível] diz o seguinte: há uma contingência estruturada. Ou seja, sim, não está tudo determinado, os atores têm peso, evidentemente. Me lembrei de Maquiavel lá - Fortuna é metade e a virtude é a outra do jogo - ela disse mais ou menos isso. Os atores políticos bons têm latitude maior ou menor? Têm, mas o conjunto de possibilidades não é infinito. Ele está contingenciado, está de uma maneira, digamos assim, mais delimitado pela estrutura vigente, pelo passado, pela tradição política do país e também pelo quadro conjuntural. Eu creio que isto é válido. Tem pessoal que diz: “Ah, o Geisel escolheu fazer a transição via eleições.” Não, não escolheu propriamente. Havia um processo eleitoral que nunca foi interrompido. Assim, foi barbaramente, mas existia um calendário eleitoral.

C.C. – Mas razoavelmente controlável.

C.A. – Controlável por um ponto dele esvaziado. A oposição jogava o jogo, estava dentro do Congresso. A oposição armada totalmente derrotada. Sim, teve muito voluntarismo político, muita habilidade, muita virtude, no sentido lá do Maquiavel, da política, mas também havia condições, digamos assim, institucionais, que lhe permitiram escolher uma via que já estava posta e que é uma via tradicional na política brasileira desde o império. Havia troca de gabinetes no segundo império, havia eleições. As elites no Brasil sempre mediram forças através do processo eleitoral. Claro, fora os movimentos de ruptura armada, golpes, etc. Isso é uma tradição.

C.C. – E o custo de ser uma ditadura que não tivesse eleições, nessa época, era muitíssimo alto já. Bastava olhar o que acontecia no mundo.

C.A. – Claro. Então não foi por acaso.

C.C. – Vou propor mudar de assunto, porque se não a gente pode conversar horas aqui, porque o tema me interessa.

C.A. – Claro que sim. Claro que sim.

A.M. – À tarde a gente conversa mais sobre isso.

C.C. – A gente conversa na palestra que você vai dar à tarde. Você defende em 1999. Em 2001 começa a ter uma inflexão não só na tua agenda de pesquisa, mas nessa área da política internacional, mas também você passa a participar do Núcleo de Estudos Sobre Estratégia e Relações Internacionais do Vicentini. Depois pesquisador associado do ILEA, professor do curso de pós em relações internacionais. Como é que aconteceu e por que se deu? Você deixou esse tema e em parte a ciência política, pelo menos como você vinha praticando já.

C.A. – Isso aí é interessante e vou te dizer as coisas na vida. Quando a gente dá entrevista, – já estive do outro lado entrevistando –, a gente tem que ter cuidado com a racionalização retrospectiva. Dá uma coerência. Foi circunstancial, em grande medida, essa minha inflexão de pesquisa. Em que sentido? Eu fui em 2000 à Paris para a defesa da tese da minha mulher. Lá eu encontro na rua, por acaso, com o Carlos Milani, que hoje está aqui no IESP. O Carlos Milani tinha sido meu aluno quando eu comecei a dar aula em 1986 na UFRGS. Ele fazia

direito e fez cadeira de política I comigo como uma cadeira eletiva, optativa. Ali que eu o conheci. Depois eu perdi ele de vista, soube que ele tinha feito o Instituto Rio Branco e tinha iniciado a carreira diplomática. Quando eu o reencontro em Paris, eu digo: “Milani, tu estás na embaixada aqui, no consulado?” “Não. Fiquei seis meses na carreira diplomática e caí fora. Vim fazer um doutorado aqui.” Não, já tinha terminado. Tinha feito um doutorado com o Sacks sobre meio ambiente, coisa e tal. E ele disse: “Eu estou trabalhando na Unesco.” Já era pesquisador há sete anos na Unesco. Digo: “Ah, não brinca.” Aquele negócio, fazia muito tempo que eu não o via. Quinze anos. E ele me disse assim: “Olha, Arturi, vai acontecer em Porto Alegre um fórum social mundial.” Era o primeiro. Eu mal tinha ouvido falar nisso. Tinha ouvindo um zum zum zum em Porto Alegre. “Vai ser quente, porque tem uma mobilização internacional grande e a Unesco vai patrocinar lá um seminário sobre governança mundial democrática, coisa e tal. Tu me ajudas?” Eu digo: “Claro que sim.” “Só quero que tu me ajudes lá com... O financiamento vem da Unesco”, ele disse. “Mas me ajude a organizar o seminário localmente, que eu estou aqui.” Eu topei. Fizemos o seminário. Realmente, a Unesco trouxe 12 sujeitos de todas as partes do mundo, o diretor da ONU para o desenvolvimento, um timaço. Foi um bom seminário. Dali surgiu, inclusive, um livro organizado por mim, por ele e pelo [inaudível], que é um mexicano que também trabalhava na Unesco, como resultado do seminário. E ali foi o primeiro Fórum Social Mundial de Porto Alegre. Foi um acontecimento internacional. Foi muito veiculado pela mídia internacional e tudo o mais, e Porto Alegre realmente ficou colorida. Eu comecei a me interessar por essa área internacional, mas eu não abandonei nunca, Celso e Adriana, eu nunca abandonei duas coisas: a questão da democracia, ou seja, dos perigos pela ordem democrática e a questão do Estado propriamente e os seus órgãos coercitivos. Só que eu pus isso no patamar internacional. Por quê? Percebia já em 2001 o 11 de setembro e eu percebi que se articulava. Como o Fórum Social Mundial não deixava de ser uma articulação das esquerdas, digamos assim, dos movimentos de contestação à ordem internacional, uma contestação... Uma palavra que tenho restrições, mas constatação transnacional, digamos assim. Eu percebi que os Estados se preparavam para isso também numa cooperação interestatal, visando esse tipo de movimento. Já tinha havido Seattle lá em 1999, nos Estados Unidos. Não foi pouca coisa. E houve vários. Em um dos artigos que eu escrevi houve três ou quatro grandes manifestações de cidades européias, inclusive com a morte de um *black block* em Gênova em julho de 2001. Antes do 11 de setembro. Então essa articulação tanto dos movimentos internacionais, quanto dos Estados, do aparato repressivo de

informações... Pelo menos na Europa era muito claro. Quando é o 11 de setembro, ficou... Também me tinha um interesse pela área internacional. Eu tenho uma carreira muito menos planejada e um pouquinho, com uma pitada boa de [inaudível]. [riso] A gente tem que ser claro nisso. Tem gente que planeja muito bem. Eu fui mais...

C.C. – Mas nessa época também... Quer dizer, tem o cenário globalização, os temas vão mudando. Mas no Brasil, na área de relações internacionais, está tendo um *boom* de graduações, programa Santiago Dantas, dinheiro, interesse, universidades criando espaços. Quer dizer, também tinha, aí do lado da fortuna, uma possibilidade grande.

C.A. – Tinha. Tinha isso.

C.C. – A ciência política talvez ficasse mais no seu tamanho tradicional. Não sei.

A.M. – E essa questão também da consolidação da democracia, quer dizer, dentro da agenda da ciência política, já se contestava um pouco essa ideia.

C.A. – Sim, sim, sim. Da consolidação. Bom, esse é um outro debate. Eu escrevi alguma coisa, continuo escrevendo pouco sobre essas coisas. Sobre a consolidação, sobre os problemas. Um pouco do que a gente vai falar hoje à tarde. Eu nunca perdi de vista, digamos, o processo aqui interno. Mas o meu objeto, que era a democratização em si e não depois, a consolidação, esse já estava passado. Naquele momento, pelo menos, estava mais tranquilo. Teve, digamos assim, essa coincidência de ter atuado tanto no primeiro quanto no segundo Fórum Social em Porto Alegre, 2001 e 2002. Dois mil e três eu participei da fundação da ABRI, aqui em Minas. Aí também são os contatos pessoais. Foi em 2003 para a UFRGS o Marco Cepik, que tinha sido meu aluno, o Cepik, também colega do Milani. Eu comecei a dar aula com alunos excepcionais. Tive sorte nesse aspecto. O Cepik chega de Minas, trabalhou 10 anos aqui na UFMG. Ele é gaúcho, foi para Porto Alegre e chega lá, se abre o mestrado Santiago Dantas no IFCH, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UFRGS. O Paulo Visentini, que já me conhecia, me diz: “Arturi, vamos entrar nessa. Tu me ajudas, porque nós somos poucos aqui.” Era ele, a Susana Soares, que era da sociologia, mas que tinha um curso em especialização sobre o Mercosul. Havia um centro fundado pelo Abílio Baeta Neves e ela, chamado Cedep. O Cedep era o centro de estudos sobre a Bacia do Prata. E ela fazia um curso sobre Mercosul. Então juntou o pessoal desse curso, o Paulo Vicentini no Nerint. Ele pegou a mim, que já vinha trabalhando com esses

temas em 2001, e em 2003, 2004, se funda o Santiago Dantas lá e eu me torno professor e fico até o último dia.

C.C. – Você divide com a ciência política, ou você migrou?

C.A. – Não, eu divido com a ciência política, porque eu estou lotado no departamento de ciência política e atuo, atuava, porque esse mestrado Santiago Dantas, de RI, ele foi instinto há uns quatro anos atrás, ou cinco. Aí é uma história um pouco local. Houve esse *boom* de RI, que vocês se referiram, no início dos anos 2000. O que aconteceu? Primeiro foi criado o mestrado Santiago Dantas no IFCH, lá no campus do Vale. Dois anos depois se funda a graduação em RI. Só que na faculdade de economia, no centro da cidade, no outro instituto. Ora, não dava, não é? Um ia ter que dançar. O curso de RI saiu muito bom. É um dos melhores do Brasil, da UFRGS, de graduação. E o mestrado foi minguando por disputas intraburocráticas. Bom, por política universitária, por picuinhas até e vaidades e tudo o mais. O fato é que o mestrado foi minguando, – esse Santiago Dantas –, até ser extinto há quatro, cinco anos atrás e depois que ele foi extinto foi aberto um programa de pós-graduação, – mestrado e doutorado –, em estudos estratégicos internacionais na faculdade de economia. Agora sim uma graduação e uma pós-graduação na mesma área e no mesmo instituto. Ficou mais coerente, verticalizou. E o outro foi extinto. Eu, hoje, continuo lotado no departamento de ciência política, dou aula para ciências sociais, de política.

C.C. – É professor titular pela ciência política.

C.A. – Sou professor titular pela ciência política, exatamente. O Celso fez parte da minha banca. Então eu estou no departamento de ciência política, dou aula na graduação nas ciências sociais e dou aula na graduação de relações internacionais. Na pós-graduação eu estou exclusivamente na pós de ciência política. Eu não estou nos estudos estratégicos internacionais. Aí por uma série de questões. Nós estamos com três cursos na mesma área da Capes. Não dá, não é? [risos] Alguma coisa vai acontecer depois da avaliação. Três porque tem o de políticas públicas, que também está dentro. Então ali são questões políticas, acadêmicas, que eu acho que em um, dois anos, no máximo, vão ter algum tipo de resolução.

A.M. – Arturi, desculpa, mas eu estou me lembrando. Eu comecei o doutorado em ciência política na USP em 2003. Quando eu fiz o concurso, eu estudava pensamento militar, eu achava



que eu estudava instituições, porque na Unicamp a minha área era Estado, porque a ciência política ali era francesa. Enfim, o Eliézer [Rizzo de Oliveira], toda uma tradição. Então eu estudo uma instituição do Estado. Quando eu fiz o concurso, eu coloquei lá que a minha área na ciência política era instituições. Quando eu fui aceita, me disseram que não, que a minha área era política internacional. E eu tomei um susto. Eu falei: “Não, mas por que política internacional?” Mas é bem nesse período onde você migra também e eu imagino que houve nesse momento uma mudança em se pensar essa questão da política de defesa, aí já se pensando em política de defesa e militares, mas voltados para o âmbito internacional, e uma discussão mais conectada com o que era a conjuntura. Você falou de Mercosul. Se estudava muito, na década de 1990 se passou a estudar muito essa questão de segurança e defesa, pelo menos ali na região do Mercosul, depois América do Sul a partir dos anos 2000. Então, de certa forma, os militares deixam de ser um ator que era investigado do ponto de vista doméstico, como um ator que podia desequilibrar a democracia, e passa a ser estudado a partir dessa dinâmica internacional.

C.A. – Eu creio que sim, até o preconceito na academia com os estudos militares arrefeceu.

A.M. – Mas quando se inseriu...

C.A. – Quando se inseriu mais na questão internacional e regional. Porque, de fato, quem é que falava em integração regional nos anos 1980? Não estava na agenda de pesquisa mesmo. Claro, alguns centros, alguns autores, alguns cientistas sim, mas houve isso, houve um... Tens razão. Eu não tinha percebido essa ligação.

A.M. – É um pouco por experiência pessoal. Depois eu fiquei refletindo.

C.A. – Claro, claro. Por isso que eu digo: não foi algo muito planejado. “Eu tenho aqui uma trilha.” Não. Foram as circunstâncias muito institucionais, muito locais, inclusive. Até mesmo pessoais, como eu narrei aqui, que fizeram com que eu fizesse essa inflexão. Mas sempre mantive o olho na política doméstica, embora não seja o principal.

C.C. – Ia perguntar um pouquinho mais sobre a ABRI. Você participou da fundação. Foi em 2005. Foi 2003?

C.A. – Foi 2005.

C.C. – Você vai ser da diretoria depois, até recentemente. É uma associação nessa área de ciências sociais. É mais recente.

C.A. – É mais recente.

C.C. – Tem ABRI, SPS, renasceu antes disso e depois a ABRI, que é mais recente. Como é tua experiência aí na associação?

C.A. – Olha, a experiência foi boa. Bom, como todas as áreas, Celso, tem muitas divisões internas, etc. Mas eu peguei a ABRI, digamos assim, estava lá no início, houve aquele encontro de Belo Horizonte, que foi um encontro interessante e ali surgiu. Se fez uma ata e tudo o mais. A minha experiência é a seguinte: por parte da ABCP houve uma certa resistência em relação à ABRI. É evidente. Me lembro que Fabiano disse: “Tá, Arturi, tudo bem com a ABRI, mas desde que vocês não saiam totalmente da ABCP.” Eu mantenho minha filiação à ABCP e justamente até dois anos atrás na ABCP eu coordenava a área de política internacional com o Medeiros, lá da federal de Pernambuco. Então eu nunca larguei a ABCP e a ABCP mantém uma área de pesquisa internacional e o Milani, que foi secretário executivo da ABCP, é da área de internacional. Não houve, digamos assim, uma fuga como se temia. Realmente uma divisão da comunidade de ciência política, de RI, essa grande comunidade. Não houve. Bem, eu acho que a ABRI, ela está se fortalecendo. O último encontro foi forte, foi um bom encontro. Estava ocorrendo em Minas Gerais. O último, este passado, eu não pude ir. Tive aqueles problemas de doença familiares, coisa e tal. Não consegui ir ao encontro, mas soube que foi bom. Eu acho que ela vem para ficar, a ABRI. Veio para ficar. É mais uma associação. Eu acho que as relações com a ABCP são relativamente boas. Os temores, digamos assim, iniciais, não se verificaram. Claro, a área de relações internacionais e a ABRI... Claro, qual é o sonho dourado? É ter uma área própria. Uma área de conhecimento e, sobretudo, um comitê na CAPES, mas ainda não tem densidade para isso e ainda tem muita divisão interna.

A.M. – Mas isso era uma agenda na época da criação da ABRI?

C.A. – Eu acho que sim. Eu acho que sim. Eu acho que o pessoal, a Maria Regina, esse pessoal todo, que foram fundamentais para a ABRI, tinham sim, pensavam nisso. Futuramente ser uma área própria, ser uma área de conhecimento, ter o seu comitê específico de avaliação na Capes. E creio que esse desejo permaneça. Só que houve esse *boom* e não sei agora. Eu acho que estão

arrefecendo um pouquinho essas coisas. Não sei como vai ficar. A conjuntura internacional também não é muito favorável hoje. Não é estimulante, pelo menos no que se diz respeito à área aqui no Brasil pelo menos. Então eu não sei. Como eu não participei do encontro passado e já estou fora da direção há mais de dois anos, mas eu acho que essa vontade de criar uma área própria continua. Mas tem que ter mais cursos. Porque acontece o seguinte: aí entram questões institucionais mesmo. A avaliação da Capes hoje, ela estimula muito mais a competição que a cooperação. Esse é o problema. O Abílio reconhece isso. Bom, eu fui, por exemplo... O pessoal da federal do Paraná convidou a mim e o Vicentini quando abriu o mestrado em ciência política lá para dar aula um semestre lá, para ajudar a fazer o programa. A gente foi. Aí um colega poucos anos atrás, ele disse: “Poxa, Arturi, dando força os caras vão crescer e, de repente, estão disputando conosco aqui na região Sul.” “Cara, mas não pensa assim.” “Mas é a regra do jogo.” Então em manter as regras, desde avaliação que, na verdade, no meu entender, estimula demasiadamente a competição em detrimento da cooperação, ainda vai levar tempo para a área de RI ter um comitê específico. Idem para políticas públicas, que agora também teve um *boom*. Sobretudo governos Dilma e Lula e que eu acho que agora vai arrefecer mais ainda. Sinto porque na UFRGS lá tinha aberto um curso.

A.M. – Mas você acha que do ponto de vista epistemológico faz sentido uma área de conhecimento própria para as relações internacionais, separada da ciência política?

C.A. – Olha, isso é uma discussão complicada. Para mim, no meu entender, as relações internacionais é uma área multidisciplinar. Você tem desde economia política internacional até relações internacionais *stricto sensu*, área de política externa, área de defesa. Aqui no Rio Grande do Sul ela é forte. Estudos estratégicos internacionais tem um pessoal bom lá, Cepik, Vicentini, o Érico, que saiu da USP. Tem um pessoal bom na área de defesa. Então são muitas áreas. Eu diria o seguinte: disciplinas acadêmicas mesmo nas ciências sociais, *stricto sensu*, eu considero ciência política, antropologia e sociologia. Embora, é evidente, que essas diferenças às vezes são muito forçadas e as fronteiras entre elas são sobrepostas, são tênues, são mescladas. A área de RI, para mim, não é uma disciplina à parte, como é a sociologia, a ciência política, a antropologia. Ela é multidisciplinar. Bom, isto é uma coisa epistemológica. Se institucionalmente a área de RI, digamos assim, seria melhor atendida tendo uma inserção institucional separada, eu não sei. Se os recursos fossem mais abundantes, eu acho que seria interessante para a área ter os seus próprios critérios, coisa e tal. Porque, de alguma maneira,

ela é um pouquinho prejudicada pela ciência política. Mas na conjuntura atual de vacas magras, – desculpa a expressão chula – eu diria o seguinte: pragmaticamente não é hora de pensar em uma cisão institucional muito marcada, sobretudo em relação às agências de fomento, mas eu vejo dificuldades em separar essas coisas sim. Porque no curso de relações internacionais lá na graduação da UFRGS eu vejo que faz falta para os alunos... Eu sei por que depois eles vão se distribuindo em pós. Uns vão para a política, outros para a sociologia, outros para estudos estratégicos, conforme os seus interesses. Os alunos são ótimos. O terceiro curso mais difícil de entrar na UFRGS é RI. O pessoal fala duas, três línguas. Mas o que acontece? Eles têm pouca base de metodologia, de teoria sociológica ampla, etc. Bom, tem que pensar.

C.C. – A gente está falando já do tempo presente, como dizem os historiadores. Mas eu queria só que você falasse um pouco do momento atual. Seus projetos de pesquisa, interesses acadêmicos. O que você pensa hoje em fazer nos próximos anos?

C.A. – Olha, Celso, eu estou voltando para o âmbito doméstico. Em que sentido? O meu projeto de pesquisa atual é sobre a cooperação interagências no Brasil, interagências de segurança, em sentido amplo, em virtude dos grandes eventos: Copa do Mundo e Olimpíadas de 2016. Por quê? Primeiro porque esses eventos e também as chamadas novas ameaças, que é um outro termo que tem que ser usado com cautela, tanto do ponto de vista epistemológico, quanto político... O que me preocupa no fundo? O que me preocupa hoje, além das preocupações muito atuais sobre a democracia brasileira, etc., me preocupa muito a deterioração completa da segurança pública no Brasil. Me preocupa porque isso pode envolver os militares, mais cedo ou mais tarde. Não estou falando nem em golpe de Estado.

C.C. – De alguma forma já...

C.A. – Já começou. Isso eu vou falar um pouquinho. Estão se envolvendo cada vez mais. A militarização da segurança pública. E não é só aqui. Na Europa ficou mais claro a partir, sobretudo, das ameaças dos atentados e agora sobre a corrente migratória. Quando eu fiz o pós doc lá no ICS em Lisboa, isso era muito claro. Eu entrevistei vários... Dois mil e quatro, 2005. Exatamente. Mas lá, Portugal sediou a Eurocopa e eles tiveram que cooperar. Tanto seu serviço de informação exterior, quanto lá o Ministério do Interior, que eles chamam, o Ministério de Administração Pública e Interior, e colaborar também com agências externas, é evidente. Sobretudo européias. Porque havia riscos de atentado em um evento desse sentido. A

cooperação não foi fácil. Tanto interna quanto com os órgãos exteriores. No Brasil, então, nós temos uma imensa federação, polícias militares enormes. Pega a de São Paulo, por exemplo, os contingentes. E qual é a nossa tradição de cooperação aqui? Sobretudo com esta pressão, digamos, para que os militares assumam cada vez mais funções, digamos assim, mais afeitas à área de segurança pública do que à defesa propriamente dita. Inclusive pressões externas. Estados Unidos, por exemplo. Então como eu já estava trabalhando com cooperação internacional na área, sobretudo, de inteligência e combate terrorista, eu voltei para o aspecto doméstico com a Copa e com as Olimpíadas. Disse: “Bom, vamos ver como esse processo está ocorrendo hoje no Brasil.” Como é que os centros integrados lá de controle de segurança que foram feitos para a Copa, aqui no Rio mesmo. Eu não pude vir aqui fazer entrevistas. Veio orientandos. Entrevistou o pessoal da ABIN, entrevistou o pessoal do Exército. Então esse é um trabalho que eu ainda tenho que botar no papel. Estou com muito material, mas o último ano foi conturbado e eu tenho agora, que se passou dois anos, começar a soltar algumas coisas. Então eu voltei para a esfera doméstica e nesta relação entre segurança pública, defesa, Forças Armadas, polícia, militarização da segurança pública. Voltei as minhas preocupações um pouco iniciais. Eu temo sim um pouco pela consolidação da democracia no Brasil. Vejo sinais um tanto preocupantes aí da participação dos militares diretamente na segurança pública, inclusive na área de inteligência doméstica, que está cada vez maior. Então a minha agenda de pesquisa aí para os próximos dois, três anos, pelo menos, será ainda a respeito desta, digamos assim, articulação em segurança interna no Brasil.

C.C. – Diferentes atores.

C.A. – E diferentes atores estaduais, federais, polícias, Exército, Forças Armadas em geral. Como é que essas coisas estão funcionando... Sobretudo as disputas interagências, que são grandes. ABIN, os órgãos de informação das Forças Armadas, o Itamaraty. Porque é algo pouco estudado. O CIECS... A gente falava do CIECS para se referir ao [inaudível]. Não, o CIECS era do Itamaraty. É pouco estudado isso. Tem pouca coisa. Aí me explicaram por quê. “Não, mas professor, tem que entender uma coisa. Nós tínhamos todo...” Existia uma comunicação das embaixadas com o Itamaraty, criptadas, etc. Aquilo foi utilizado na época da ditadura para vigiar os exilados, etc. E essa estrutura se manteve um pouco. Não a estrutura de vigilância, mas essa infraestrutura básica.

A.M. – E tem uma comunidade que participava, que fazia esse trabalho de inteligência, que continua por aí. Passou uma *expertise* para as próximas gerações.

C.A. – Sim, sim. Alguns continuam. Eu fiz entrevistas. Em 2012 eu estive em Brasília. Entrevistei o... Na época não era o Belian. Era o diretor geral da ABIN, mas ele estava em licença saúde. Entrevistei o vice. E o General Nelito, que era do gabinete de segurança internacional. Ali eu senti a absoluta submissão da ABIN. Não só institucional, como real. É um troço preocupante no meu entender. Deu para perceber que essa comunidade... Estive em Porto Alegre com o pessoal. Claro que essa geração primeira, que vem do SMI, esse pessoal está se aposentando, são os últimos os que estão por aí. Mas, como tu dizes, permanece uma certa cultura. Isto é pouco estudado ainda.

C.C. – Sua atenção nos próximos anos. Arturi, só para encerrar, uma pergunta que eu costumo fazer, mas de curiosidade, mas como tenho feito desde o início do projeto, acaba ficando interessante ouvir... Se você tivesse que destacar um livro que te marcou, o que te vem à mente na tua trajetória toda? Uma leitura.

C.A. – Em toda a trajetória? Olha, vou até surpreender, mas foi um livro do Barrington Moore, “*As origens sociais da democracia e da ditadura.*”

C.C. – Não é o primeiro a dizer isso.

C.A. – É um troço... Vê como a questão doméstica, uma sociologia histórica comparativa tem o seu lado internacional, tem seu lado doméstico. É interessante. Nunca tinha me posto essa questão.

C.C. – Tem a ver com teu momento agora de juntar as esferas doméstica e internacional.

C.A. – Sim, exato, exato. Mas vem de longe. Volto a repetir: tem colegas meus que planejam mesmo a carreira. Um cara que eu gosto muito, trabalho muito, acho um cara espetacular. Eu sou mais, digamos assim, sujeito um pouco às circunstâncias, mas não é bem assim. Tem lá uma base. Nunca abandonei essa questão da democracia, dos órgãos coercitivos e dessas interações, dessas ligações internacionais, domésticas de cooperação.

C.C. – Está ótimo. Bom, muito obrigado, Arturi, pela entrevista. Um prazer ouvi-lo, conversar com você. Adriana também participando.

C.A. – Eu que agradeço a oportunidade e também o privilégio de dar um depoimento aqui para esse projeto tão importante.

C.C. – Obrigado. Muito bem. Excelente.

[FINAL DO DEPOIMENTO]